

CONTRATO DE RATEIO nº 04/2020

**CONTRATO DE RATEIO QUE
FORMALIZAM ENTRE SI O
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO
ESPINHAÇO – CIMME E O
MUNICÍPIO DE DOM JOAQUIM/ MG.**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO ESPINHAÇO – CIMME, pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, integrante da administração indireta, de caráter intermunicipal, com sede administrativa na cidade de Conceição do Mato Dentro/MG, na Rua Daniel de Carvalho, nº 379, Centro, CEP 35.860-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.345.989/0001-45, neste ato representado pelo **Vice-Presidente Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira**, brasileiro, divorciado, portador do documento de identidade de nº M-3.618.630 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.412.426-09, residente e domiciliado na Rua Raul Soares, nº 253, Centro, Conceição do Mato Dentro/MG, doravante denominado **CIMME/CONTRATADO**, e o **MUNICÍPIO DE DOM JOAQUIM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.299.529/0001-13, com sede na Rua Cônego Firmiano, nº 40, Centro, CEP 35.865-000, Dom Joaquim/MG, neste ato representado por seu **Prefeito Municipal Sr. Geraldo Adilson Gonçalves**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade de nº M-133.795, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 903.899.306-44, residente e domiciliado na Rua Lopes, nº 94, bairro Lopes, Dom Joaquim/MG, doravante denominado **MUNICÍPIO/CONTRATANTE**, formalizam o presente **CONTRATO DE RATEIO**, que reger-se-á pela Lei Federal nº 11.107/05, pelo Decreto nº 6.017/07, bem como pelos demais dispositivos correlatos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio do CIMME, englobando parte das despesas de pessoal civil, obrigações patronais, contribuições,

materiais de consumo, materiais permanentes e outros serviços de terceiros - pessoas físicas e jurídicas - assim como outras despesas de manutenção da estrutura administrativa do Consórcio. **Parágrafo único** - É vedado ao Consórcio utilizar-se dos recursos recebidos por meio deste instrumento para realização de despesas em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida (despesas genéricas).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor global deste Contrato de Rateio é de R\$14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), que será pago em 12 (doze) parcelas mensais de R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais), por meio de débito automático na Conta Corrente Pessoa Jurídica nº 34.004-9, Agência 0591-6, Banco do Brasil, de Conceição do Mato Dentro.

§ 1º - Em regra os repasses mensais indicados acima serão feitos até o dia 30 de cada mês.

§ 2º - Excepcionalmente, os repasses mensais indicados acima poderão ser fracionados em 2 (duas) parcelas obedecendo a cronologia do FPM, ou seja, dia 30 e 10.

§ 3º - Havendo atraso por parte do MUNICÍPIO nos repasses das parcelas aqui ajustadas, o valor devido sofrerá a incidência de atualização monetária, tendo como termo inicial de incidência o dia previsto para o pagamento e, como termo final, a data do efetivo repasse. Essa atualização se fará pelo número de dias em atraso (*pro rata temporis*) e pelo INPC, divulgado pelo IBGE ou, em sua falta, por outro índice legal de atualização aplicável e vigente na data do pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato de Rateio correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.04.01.18.541.0401.2104.335041 – Ficha 140 – Fonte 100

§ 1º - Conforme previsão legal constitui ato de improbidade administrativa celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei, nos termos do disposto no artigo 10, inciso XV, da Lei nº 8.429/92.

§ 2º - O MUNICÍPIO fica ciente que poderá ser excluído do CIMME, após prévia suspensão, caso deixe de consignar, em sua lei orçamentária ou em

créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato de Rateio terá sua vigência a partir de 01/01/2020 até 31/12/2020.

Parágrafo único – O presente contrato não comporta prorrogação, devendo ser formalizado em cada exercício financeiro, observadas as normas orçamentárias e financeiras pertinentes. Ressalvada as hipóteses previstas no art. 8º, §1º da Lei 11.107/2005.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Repassar os valores consignados na Cláusula Segunda deste ajuste, conforme estabelecido na referida cláusula, bem como em seu parágrafo único.

II – Zelar pela continuidade do CIMME, ficando estipulado que em caso de desligamento injustificado, o MUNICÍPIO deverá arcar com a integralidade das responsabilidades assumidas neste Contrato, como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Consórcio.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

I – Aplicar os recursos oriundos do presente Contrato exclusivamente para as despesas de custeio da instituição, de acordo com a execução orçamentária aprovada pela Assembleia Geral.

II – Contabilizar os recursos repassados por meio deste Contrato, conforme as normas do direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

III – Prestar as informações financeiras respectivas ao MUNICÍPIO, para que sejam consolidadas em suas contas todas as receitas e despesas realizadas, conforme o disposto no artigo 17 do Decreto nº 6.017/2007.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aplicam-se ao presente Contrato as disposições contidas na Lei nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007, na Lei Estadual nº 18.036/2009, aplicando-se, na ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e, supletivamente, as normas e princípios de direito privado.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

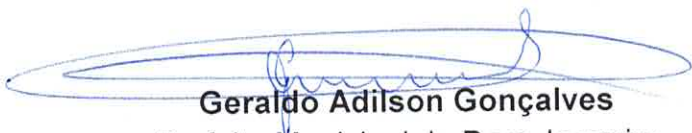
Fica eleito o foro da Comarca de Conceição do Mato Dentro/MG, sede do CIMME, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam os seus efeitos legais.

Conceição do Mato Dentro, 2 de janeiro de 2.020.



José Fernando Aparecido de Oliveira
Vice-Presidente do CIMME



Geraldo Adilson Gonçalves
Prefeito Municipal de Dom Joaquim